

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2013

fevereiro de 2014
Este relatório contém 60 páginas

Capital Social 12,500,000 Euros - matricula na CRCL com o número único de matricula e identificação de pessoa coletiva
NIPC 501 836 918 Sede Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 • 2744-002 PORTO SALVO

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' and the word 'Junt'.

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados
	4
	Demonstração de rendimento integral
	4
	Balanço
	5
	Demonstração das alterações no capital próprio
	6
	Demonstração dos fluxos de caixa
	7
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas
	8
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas
	16
II.3	Segmentos operacionais
	19
II.4	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro
	20
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	21
Nota 3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro
	22
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos
	22
Nota 5	Rendimentos
	23
Nota 6	Gastos financeiros
	23
Nota 7	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
	23
Nota 8	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
	24
Nota 9	Imparidade (líquida de reversões) e variação de outras provisões
	24
Nota 10	Outros rendimentos/gastos
	24
Nota 11	Custos e gastos por natureza a imputar
	25
II.5	Notas ao balanço
Nota 12	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem
	26
Nota 13	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
	26
Nota 14	Ativos financeiros disponíveis para venda
	26
Nota 15	Empréstimos e contas a receber
	27
Nota 16	Outros ativos tangíveis
	27
Nota 17	Provisões técnicas, líquidas de resseguro
	28
Nota 18	Benefícios a empregados
	29

2

		<u>Pág.</u>
Nota 19	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33
Nota 20	Impostos correntes e Impostos diferidos	33
Nota 21	Outros passivos financeiros	35
Nota 22	Outros credores por operações de seguros e outras operações	35
Nota 23	Acréscimos e diferimentos	35
Nota 24	Outras provisões	35
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio	
Nota 25	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas	36
II.7	Outras notas	
Nota 26	Transações com partes relacionadas	38
Nota 27	Gestão de riscos	39
Nota 28	Justo valor	53
Nota 29	Passivos contingentes e compromissos	54
Nota 30	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>	54
Nota 31	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	55
III	Inventário de títulos	
IV	Relatório dos auditores	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '3' and the word 'JRU'.

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

	Notas	2013			2012			Eur
		Não vida	Não técnica	Total	Não vida	Não técnica	Total	
Premios adquiridos líquidos de resseguro	1	67 716 479	-	67 716 479	66 451 317	-	66 451 317	
Premios brutos emitidos		228 668 398	-	228 668 398	218 381 389	-	218 381 389	
Premios de resseguro cedido		(157 959 207)	-	(157 959 207)	(153 099 378)	-	(153 099 378)	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(4 268 553)	-	(4 268 553)	2 848 774	-	2 848 774	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		1 275 841	-	1 275 841	(1 679 468)	-	(1 679 468)	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(42 265 164)	-	(42 265 164)	(39 897 372)	-	(39 897 372)	
Montantes pagos		(42 578 387)	-	(42 578 387)	(38 036 820)	-	(38 036 820)	
Montantes brutos		(132 013 953)	-	(132 013 953)	(128 322 104)	-	(128 322 104)	
Parte dos resseguradores		89 435 566	-	89 435 566	90 285 284	-	90 285 284	
Provisão para sinistros (variação)		313 223	-	313 223	(1 860 552)	-	(1 860 552)	
Montantes brutos		(2 080 573)	-	(2 080 573)	(1 144 860)	-	(1 144 860)	
Parte dos resseguradores		2 393 796	-	2 393 796	(715 692)	-	(715 692)	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	66 392	-	66 392	-	-	-	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	12 155	-	12 155	(286 210)	-	(286 210)	
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(19 491 673)	-	(19 491 673)	(21 063 284)	-	(21 063 284)	
Custos de aquisição		(30 425 471)	-	(30 425 471)	(30 202 179)	-	(30 202 179)	
Custos de aquisição diferidos (variação)		467 137	-	467 137	(180 890)	-	(180 890)	
Gastos administrativos		(15 231 539)	-	(15 231 539)	(16 435 086)	-	(16 435 086)	
Comissões e participação nos resultados de resseguro		25 698 200	-	25 698 200	25 754 871	-	25 754 871	
Rendimentos	5	3 209 220	292 846	3 502 066	2 993 577	459 795	3 453 372	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		3 209 220	292 846	3 502 066	2 993 577	459 795	3 453 372	
Gastos financeiros	6	(776 773)	(101 715)	(878 488)	(690 459)	(101 745)	(792 204)	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(776 773)	(101 715)	(878 488)	(690 459)	(101 745)	(792 204)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	32 472	74 981	107 453	41 763	714	42 477	
De ativos disponíveis para venda		32 472	74 981	107 453	41 763	714	42 477	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	83 961	-	83 961	-	-	-	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		83 961	-	83 961	-	-	-	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	9	-	182 654	182 654	-	(1 761 170)	(1 761 170)	
De outros		-	182 654	182 654	-	(1 761 170)	(1 761 170)	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	10	(2 978)	-	(2 978)	25 149	-	25 149	
Outras provisões (variação)	9	-	-	-	-	320 000	320 000	
Outros rendimentos/gastos	10	-	(613 520)	(613 520)	-	307 329	307 329	
Resultado líquido antes de impostos		8 584 091	(164 754)	8 419 337	7 574 481	(775 077)	6 799 404	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	20	-	(2 769 508)	(2 769 508)	-	(3 606 329)	(3 606 329)	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	20	-	(10 982)	(10 982)	-	1 372 662	1 372 662	
Resultado líquido do exercício		8 584 091	(2 945 244)	5 638 847	7 574 481	(3 008 744)	4 565 737	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração de rendimentos integral

Itens que poderão ser reclassificados para resultados

Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	1 512.785	12.191.489
Impostos correntes	(444.270)	(3.535.532)
	1.068.515	8.655.957

Itens que não serão reclassificados para resultados

Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(786.224)	(1.450.353)
	(786.224)	(1.450.353)

Total outro rendimento integral

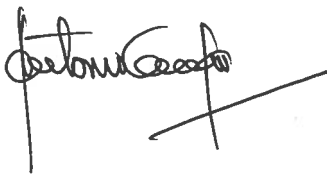
Resultado líquido do exercício

Total do rendimento integral do ano

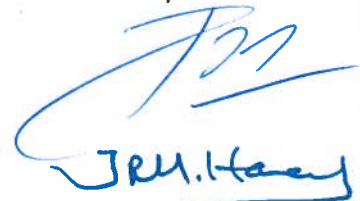
Balanço

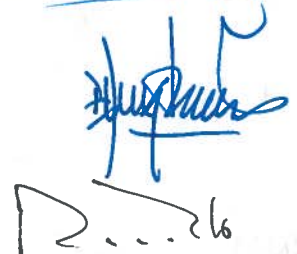
	Notas	2013	2012	01-01-2012
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12	14 420 080	13 151 583	8 883 000
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	13	2 576 323	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	119 669 261	127 581 711	114 241 868
Empréstimos e contas a receber	15	20 019 771	15 006 312	10 515 803
Outros depósitos		20 019 771	15 006 312	10 515 803
Outros ativos tangíveis	16	99 236	106 854	123 633
Inventários		18 650	18 650	18 650
Outros ativos intangíveis		-	-	47 548
Provisões técnicas de resseguro cedido	17	48 790 668	45 121 031	47 516 191
Provisão para prémios não adquiridos		16 675 073	15 399 232	17 078 699
Provisão para sinistros		32 115 595	29 721 799	30 437 492
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19	12 213 598	13 076 113	13 775 952
Contas a receber por operações de seguro direto		6 129 760	4 443 290	3 717 875
Contas a receber por outras operações de resseguro		5 680 054	7 774 542	9 687 239
Contas a receber por outras operações		403 784	858 281	370 838
Ativos por impostos	20	3 871 445	4 243 180	7 689 880
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	1 283 830
Ativos por impostos diferidos		3 871 445	4 243 180	6 406 050
Acréscimos e diferimentos	23	1 723 916	1 499 245	1 518 219
Total ativo		223.402.948	219.804.679	204.330.744
Provisões técnicas	17	137 827 437	131 896 552	133 047 833
Provisão para prémios não adquiridos		38 008 197	34 206 780	36 874 664
Provisão para sinistros		95 430 446	93 222 431	91 992 039
De acidentes de trabalho		22 263 715	23 022 501	20 986 230
De outros ramos		73 166 731	70 199 930	71 005 809
Provisão para participação nos resultados		-	66 392	66 392
Provisão para desvios de sinistralidade		478 207	885 924	825 902
Provisão para riscos em curso		3 910 587	3 515 025	3 288 836
Outros passivos financeiros	21	5 873 929	5 214 647	6 970 326
Depósitos recebidos de resseguradores		5 873 929	5 214 647	6 970 326
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	18	2 784 532	2 370 737	1 485 665
Outros credores por operações de seguros e outras operações	22	24 485 600	18 367 026	8 256 089
Contas a pagar por operações de seguro direto		7 228 611	6 305 455	5 804 959
Contas a pagar por outras operações de resseguro		13 794 777	10 275 940	1 412 121
Contas a pagar por outras operações		3 462 212	1 785 631	1 039 009
Passivos por impostos e taxas	20	3 958 911	5 060 365	3 008 150
Passivos por impostos (e taxas) correntes		3 958 911	5 060 365	3 008 150
Acréscimos e diferimentos	23	3 597 887	3 499 215	4 275 269
Outras Provisões	24	1 927 948	2 370 571	3 533 187
Total passivo		180.456.244	168.779.113	160.576.519
Capital		12 500 000	12 500 000	12 500 000
Reservas de reavaliação		1 112 436	(400 349)	(12 591 838)
Reserva por impostos diferidos		(328 169)	116 101	3 651 633
Outras reservas		9 833 136	10 225 343	11 461 934
Resultados transitados		14 190 454	24 018 734	28 732 496
Resultado do exercício		5 638 847	4 565 737	-
Total capital próprio	25	42.946.704	51.025.566	43.754.225
Total passivo e capital próprio		223.402.948	219.804.679	204.330.744
Resultados por ação		2,3	1,7	2,0

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




Demonstração das alterações no capital próprio

	Reservas de reavaliação										Flux
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido	Reserva legal	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Balanco a 31 de dezembro 2011	12.500.000	(12.591.838)	3.651.633	(8.940.205)	12.286.239	1.246.995	487.004	218.746	23.729.430	5.003.066	46.531.275
Alteração da política contabilística para o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais (nota 18)	-	-	-	-	-	-	-	(2.777.050)	-	-	(2.777.050)
Balanco a 1 de janeiro 2012	12.500.000	(12.591.838)	3.651.633	(8.940.205)	12.286.239	1.246.995	487.004	(2.558.304)	23.729.430	5.003.066	43.754.225
Transferência de resultados	-	-	-	-	213.761	-	-	-	4.789.305	(5.003.066)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	12.191.489	(3.535.532)	8.655.957	-	-	-	-	-	-	8.655.957
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.565.737	4.565.737
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.500.000)	-	(4.500.000)
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(1.450.353)	-	-	(1.450.353)
Balanco a 31 de dezembro 2012	12.500.000	(400.349)	116.101	(284.248)	12.500.000	1.246.995	487.004	(4.008.657)	24.018.735	4.565.737	51.025.566
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	4.565.737	(4.565.737)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	1.512.785	(444.270)	1.068.515	-	-	-	-	-	-	1.068.515
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.638.847	5.638.847
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.000.000)	-	(14.000.000)
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(392.206)	(394.018)	-	(786.224)
Balanco a 31 de dezembro 2013	12.500.000	1.112.436	(328.169)	784.267	12.500.000	1.246.995	487.004	(4.400.863)	14.190.454	5.638.847	42.946.704

Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2013	2012
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	5 638 847	4 565 737
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	51 456	56 916
Variação nas provisões técnicas	5 930 885	(1 151 281)
Variação de provisões	(442 623)	(1 162 616)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(3 669 637)	2 395 160
Imparidade de ativos disponíveis para venda	-	-
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(182 654)	1 785 105
Variação nos impostos ativos / passivos	(729 719)	5 498 915
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	(5 013 459)	(4 490 509)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 045 169	(1 085 266)
Outros ativos e passivos	(498 428)	(1 322 361)
Outros passivos financeiros	659 282	(1 755 679)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	6 118 574	10 110 937
	8.907.693	13.445.058
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos ao justo valor por resultados	(2 576 323)	-
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	8 980 965	(4 683 884)
Compras/Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	(43 838)	7 409
	6.360.804	(4.676.475)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(14 000 000)	(4 500 000)
	(14.000.000)	(4.500.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	1.268.497	4.268.583
Caixa e equivalentes no início do período	13 151 583	8 883 000
Caixa e equivalentes no final do período	14.420.080	13.151.583

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., (“Ocidental Seguros” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 30 de abril de 1987, tendo iniciado a sua atividade em 1 de julho de 1987.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (“Millenniumbcp Ageas”), com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

A partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira da Companhia resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor actual das responsabilidades ou o justo valor dos activos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no activo. Com a extinção do corredor, os ganhos e perdas actuariais do ano são actualmente reconhecidos em reservas.

De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para capital (ver notas 18 e 31).

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2014.

Em 2013, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a 1 de janeiro de 2013, como referido na nota 31.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) *Contratos de seguro e de investimento*

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) *Provisões técnicas*

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

e) *Ativos financeiros*

Classificação

A Ocidental Seguros classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (*"trade date"*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*"bid-price"*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Companhia apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Companhia não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

g) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Ocidental Seguros aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor bruto, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das Empresas da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) *Locações*

A Ocidental Seguros classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

m) *Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

n) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou Companhias de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

p) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

r) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

Os benefícios previstos no plano de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões da Companhia.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 Dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. O cálculo é revisto por actuários independentes qualificados. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos.

Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno teórico dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuariais decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos ("ajustamentos de experiência"), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno teórico dos activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

A partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. A principal alteração com impacto na posição financeira da Companhia resultou na extinção do método do corredor. Pela aplicação deste método, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos, que excediam 10% do mais elevado entre o valor actual das responsabilidades ou o justo valor dos activos do fundo, eram reconhecidos em resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada para os empregados no activo. Com a extinção do corredor, os ganhos e perdas actuariais do ano são actualmente reconhecidos em reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração de política contabilística é apresentada para efeitos comparativos desde 1 de janeiro de 2012. Deste modo, o montante total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2013, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

s) *Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

t) *Segmentos operacionais*

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Ocidental Seguros encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença
- Incêndio e outros danos
- Automóvel
- Outros

As atividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

u) *Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e

incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para participação nos resultados, (2) provisão para prémios não adquiridos, (3) provisão para riscos em curso, (4) teste de adequação das responsabilidades, (5) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '17' and the name 'J. Ant'.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que existam correções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Segmentos operacionais

	2013					2012					Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	17 871 161	25 285 015	21 641 833	2 918 470	67 716 479	20 879 715	22 830 405	19 809 185	2 932 012	66 451 317	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(8 030 497)	(16 201 200)	(17 172 556)	(860 911)	(42 265 164)	(10 437 859)	(13 663 950)	(14 656 639)	(1 138 924)	(39 897 372)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(267 861)	529 798	(356 164)	106 382	12 155	(45 857)	(143 026)	11 044	(108 371)	(286 210)	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	66 392	-	-	-	66 392	-	-	-	-	-	
Custos e gastos de exploração líquidos	(4 782 630)	(7 635 741)	(5 715 776)	(1 357 526)	(19 491 673)	(9 289 870)	(4 812 665)	(5 410 925)	(1 549 824)	(21 063 284)	
Rendimentos	1 986 503	468 486	573 625	180 606	3 209 220	1 869 481	372 692	552 081	199 323	2 993 577	
Gastos financeiros	(375 718)	(131 759)	(208 803)	(60 493)	(776 773)	(375 250)	(109 888)	(150 949)	(54 372)	(690 459)	
Ganhos líquidos de ativos financeiros	56 037	22 405	29 021	8 970	116 433	35 785	2 027	2 772	1 179	41 763	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(375)	(2 603)	-	-	(2 978)	25 362	(213)	-	-	25 149	
Margem técnica	6,523,012	2,334,401	(1,208,820)	935,498	8,584,091	2,661,507	4,475,382	156,569	281,023	7,574,481	
Proveito dos investimentos					292 846					459 795	
Mais/(menos) valias realizadas					74 981					714	
Despesas gerais					(101 715)					(101 745)	
Outros proveitos/(custos) não técnicos					(430 866)					(1 133 841)	
Resultado não técnico					(164,754)					(775,077)	
Resultado antes de impostos					8,419,337					6,799,404	

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2013	2012
Prémios brutos emitidos	228.668.398	218.381.389
Prémios resseguro cedido	(157.959.207)	(153.099.378)
Prémios líquidos resseguro	70.709.191	65.282.011
Variação prémios não adquiridos	(4.268.553)	2.848.774
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	1.275.841	(1.679.468)
Variação líquida de prémios não adquiridos	(2.992.712)	1.169.306
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	67.716.479	66.451.317

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	2013		2012		<i>Euro</i>
	Prêmios brutos emitidos	Prêmios adquiridos	Prêmios brutos emitidos	Prêmios adquiridos	
Acidentes e doença	152.628.315	150.459.442	146.934.744	149.797.958	
Incêndio e outros danos	44.969.912	44.680.636	44.503.584	44.031.312	
Automóvel	23.651.232	22.134.583	20.530.173	20.166.935	
Outros	7.418.939	7.125.184	6.412.888	7.233.958	
Total	228.668.398	224.399.845	218.381.389	221.230.163	

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue

	2013		2012	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	133.596.530	132.588.281	127.685.253	128.918.243
Incêndio e outros danos	19.754.259	19.395.621	21.193.592	21.200.907
Automóvel	492.750	492.750	357.750	357.750
Outros	4.115.668	4.206.714	3.862.783	4.301.946
Total	157.959.207	156.683.366	153.099.378	154.778.846

Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	90.889.760	21.389.336	13.305.155	1.103.926	126.688.177
Parte dos resseguradores	(84.304.053)	(5.424.834)	(3.621)	296.942	(89.435.566)
	6.585.707	15.964.502	13.301.534	1.400.868	37.252.611
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	899.712	60.619	1.604.010	(483.768)	2.080.573
Parte dos resseguradores	(935.032)	(1.390.497)	202.988	(271.255)	(2.393.796)
	(35.320)	(1.329.878)	1.806.998	(755.023)	(313.223)
Total antes custos imputados	6.550.387	14.634.624	15.108.532	645.845	36.939.388
Custos com Sinistros (imputados)	1.480.110	1.566.577	2.064.024	215.065	5.325.776
Total	8.030.497	16.201.201	17.172.556	860.910	42.265.164
	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	91.104.416	16.313.854	14.259.583	1.293.695	122.971.548
Parte dos resseguradores	(83.070.572)	(6.623.255)	(3.083)	(588.374)	(90.285.284)
	8.033.844	9.690.599	14.256.500	705.321	32.686.264
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	511.013	2.581.934	(1.539.655)	(408.432)	1.144.860
Parte dos resseguradores	406.098	(106.415)	(213.662)	629.671	715.692
	917.111	2.475.519	(1.753.317)	221.239	1.860.552
Total antes custos imputados	8.950.955	12.166.118	12.503.183	926.560	34.546.816
Custos com Sinistros (imputados)	1.486.903	1.497.833	2.153.456	212.364	5.350.556
Total	10.437.858	13.663.951	14.656.639	1.138.924	39.897.372

Nota 3 – Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação das outras provisões técnicas é analisada como segue:

	2013				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	(408.995)	-	1.278	(407.717)
Variação da provisão para riscos em curso	267.860	(120.803)	356.164	(107.659)	395.562
Total	267.860	(529.798)	356.164	(106.381)	(12.155)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	(66.392)	-	-	-	(66.392)
Total	201.468	(529.798)	356.164	(106.381)	(78.547)

	2012				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	60.022	-	-	60.022
Variação da provisão para riscos em curso	45.858	83.004	(11.044)	108.370	226.188
Total	45.858	143.026	(11.044)	108.370	286.210

Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2013				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	14.680.071	5.404.963	2.266.735	649.265	23.001.034
Custos de aquisição alocados	3.951.655	1.621.531	1.549.295	301.956	7.424.437
Variação dos custos de aquisição diferidos	(193.235)	(118.277)	(194.336)	38.711	(467.137)
Custos administrativos - comissões	241.438	7.839	7.770	4.049	261.096
Custos administrativos alocados	7.164.242	5.093.411	2.086.312	626.478	14.970.443
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(21.061.539)	(4.373.727)	-	(262.934)	(25.698.200)
Total	4.782.632	7.635.740	5.715.776	1.357.525	19.491.673

	Eur				
	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	14.193.646	5.296.674	1.897.314	632.754	22.020.388
Custos de aquisição alocados	4.521.411	1.601.951	1.512.716	545.713	8.181.791
Variação dos custos de aquisição diferidos	317.252	(90.953)	(22.073)	(23.336)	180.890
Custos administrativos - comissões	228.033	6.969	7.406	3.104	245.512
Custos administrativos alocados	8.121.300	5.412.271	2.015.562	640.441	16.189.574
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(18.091.771)	(7.414.248)	-	(248.852)	(25.754.871)
Total	9.289.871	4.812.664	5.410.925	1.549.824	21.063.284

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euros 20.736.000 (2012: Euros 19.457.000) relacionado com as comissões pagas ao Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Ocidental Seguros.

Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	3.280.422	3.174.033
Rendimentos de depósitos bancários	221.644	279.339
	3.502.066	3.453.372

Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, no montante de Euros 878.000 (2012: Euros 792.000), resulta de custos operacionais imputados à função de investimentos.

Nota 7 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2013			2012		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	174.334	(213.178)	(38.844)	38.503	(10.434)	28.069
Obrigações de outros emissores	225.849	(79.552)	146.297	2.945	(552)	2.393
Ações	-	-	-	41.694	(29.679)	12.015
De investimentos disponíveis para venda	400.183	(292.730)	107.453	83.142	(40.665)	42.477
Total	400.183	(292.730)	107.453	83.142	(40.665)	42.477

Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>
	2013
Ganhos	11.125
Rendimentos	72.836
Total	83.961

Nota 9 – Imparidade (líquida de reversões) e variação de outras provisões

A imparidade (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	<i>Eur</i>
	2013	2012
De devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	(182.654)	1.785.105
De outros devedores	-	(23.935)
Total imparidade	(182.654)	1.761.170
Outras provisões (variação)	-	(320.000)
Total	(182.654)	1.441.170

Nota 10 – Outros rendimentos/gastos

Em 31 de Dezembro de 2013, os outros rendimentos/(gastos) incluem maioritariamente o montante de Euros 89.000 (2012: Euros 85.000) relativos a pessoal cedido a outras entidades, e o montante de Euros (648.000), relativo à anulação de saldos devedores antigos de agentes considerados como incobráveis. De referir que esta regularização de saldos não teve impacto nos resultados do exercício, tendo em conta que a provisão que havia sido constituída neste âmbito foi revertida pelo mesmo montante.

Nota 11 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	429.522	317.645
Remunerações - pessoal	8.126.644	7.912.984
Encargos sobre remunerações	1.697.447	1.734.635
Benefícios pós emprego - planos benefício definido	883.628	3.250.456
Seguros obrigatórios	381.231	395.544
Gastos de ação social	56.562	44.791
Outros gastos	460.147	313.910
	<u>12.035.181</u>	<u>13.969.965</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>15.414.570</u>	<u>15.710.247</u>
Depreciações de ativos tangíveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	986	986
Equipamento informático	50.470	52.784
	<u>51.456</u>	<u>53.770</u>
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	-	3.148
Outros	<u>1.097.937</u>	<u>776.995</u>
Total	28.599.144	30.514.125

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem Impostos e taxas no montante de Euros 779.000 (2012: Euros 826.000), o montante de Euros 575.000 (2012: Euros 645.000) relativo a Juros suportados, Comissões no montante de Euros 186.000 (2012: Euros 148.000) e o montante positivo de Euros 443.000 (2012: montante positivo de Euros 842.000) relativos a reversão de outras provisões.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	Eur	
	2013	2012
Custos com sinistros	5.325.776	5.350.556
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	7.424.437	8.181.791
Custos administrativos	14.970.443	16.189.574
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros não vida	776.773	690.459
Alocados à conta não técnica	101.715	101.745
Total	28.599.144	30.514.125

Em 31 de dezembro de 2013, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 188 (2012: 182).

II.5 Notas ao balanço

Nota 12 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é composto na totalidade por depósitos bancários.

Nota 13 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	2013		Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Obrigações de outros emissores	2.565.198	11.125	2.576.323
Total	2.565.198	11.125	2.576.323
Dos quais:			
Nível 1			2.576.323
Nível 2			-
Nível 3			-
			2.576.323

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 14 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2013			2012			Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	
Dívida pública	56.998.929	971.856	57.970.785	49.556.072	582.872	50.138.944	
Obrigações de outros emissores	56.406.370	252.493	56.658.863	73.739.759	(976.520)	72.763.239	
Ações	3.539.983	(111.913)	3.428.070	3.539.983	(6.701)	3.533.282	
Juros a receber	1.611.543	-	1.611.543	1.146.246	-	1.146.246	
Total	118.556.825	1.112.436	119.669.261	127.982.060	(400.349)	127.581.711	
Dos quais:							
Nível 1			114.506.719			122.110.709	
Nível 2			5.162.542			5.471.002	
Nível 3			-			-	
			119.669.261			127.581.711	

Em 31 de dezembro de 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	Eur	
	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	58.900.151	-
Obrigações de outros emissores	52.178.248	5.164.792
Ações	3.427.320	750
	114.505.719	5.165.542

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 15 - Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 16 - Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Equipamento		
Equipamento informático	293.920	250.082
Equipamento administrativo	48.748	48.748
Outro equipamento	76.103	76.103
	418.771	374.933
Amortizações acumuladas	(319.535)	(268.079)
Saldo líquido	99.236	106.854

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Eur			
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	250.082	48.748	76.103	374.933
Aquisições	43.838	-	-	43.838
Saldo em 31 de dezembro de 2013	293.920	48.748	76.103	418.771
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(147.759)	(48.748)	(71.572)	(268.079)
Amortizações do exercício	(50.470)	-	(986)	(51.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(198.229)	(48.748)	(72.558)	(319.535)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2012	102.323	-	4.531	106.854
Saldo líquido em 31 de dezembro 2013	95.691	-	3.545	99.236

Nota 17 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	22.264.601	6.153.151	6.880.854	2.709.591	38.008.197
Provisão para sinistros	52.439.688	13.948.806	22.633.266	6.408.686	95.430.446
Provisão para desvios de sinistralidade	-	412.803	-	65.404	478.207
Provisão para riscos em curso	988.478	6.817	2.621.688	293.604	3.910.587
Total bruto	75.692.767	20.521.577	32.135.808	9.477.285	137.827.437
Provisão para prémios não adquiridos	14.017.382	1.467.390	-	1.190.301	16.675.073
Provisão para sinistros	24.487.329	4.631.056	506.047	2.491.163	32.115.595
Total resseguro	38.504.711	6.098.446	506.047	3.681.464	48.790.668
Saldo líquido	37.188.056	14.423.131	31.629.761	5.795.821	89.036.769

	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	20.288.967	5.982.149	5.558.541	2.377.123	34.206.780
Provisão para sinistros	51.550.333	13.885.900	20.933.085	6.853.113	93.222.431
Provisão para participação nos resultados	66.392	-	-	-	66.392
Provisão para desvios de sinistralidade	-	821.798	-	64.126	885.924
Provisão para riscos em curso	720.617	127.620	2.265.525	401.263	3.515.025
Total bruto	72.626.309	20.817.467	28.757.151	9.695.625	131.896.552
Provisão para prémios não adquiridos	13.009.133	1.108.752	-	1.281.347	15.399.232
Provisão para sinistros	23.552.297	3.240.559	709.035	2.219.908	29.721.799
Total resseguro	36.561.430	4.349.311	709.035	3.501.255	45.121.031
Saldo líquido	36.064.879	16.468.156	28.048.116	6.194.370	86.775.521

A provisão para sinistros de Acidentes de trabalho inclui o montante de Euros 13.738.000 (2012: Euros 13.973.000) referente à provisão matemática.

De acordo com o IFRS 4, a Ocidental Seguros efectuou um teste de adequação de responsabilidades do ramo de Acidentes de trabalho, de acordo com os critérios utilizados pela Companhia de Seguros de Vida do Grupo Millenniumbcp Ageas (Ocidental Vida) no teste realizado para o seu ramo de rendas. Em resultado deste teste, à data de 31 de dezembro de 2013, as provisões técnicas deste ramo incluem o montante de Euros 2.894.000 (2012: Euros 3.702.000), reconhecido como reserva de LAT. O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 27).

A provisão para sinistros, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 21.480.000 (2012: Euros 21.436.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2013 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 2.024.000 (2012: Euros 1.832.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Provisão para prémios não adquiridos	43.804.188	39.535.634
Custos de aquisição diferidos	(5.795.991)	(5.328.854)
Saldo líquido	38.008.197	34.206.780

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	5.328.854	5.509.744
Custos de aquisição do ano	5.795.991	5.328.854
Amortização dos custos de aquisição	(5.328.854)	(5.509.744)
Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro	5.795.991	5.328.854

Nota 18 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, a Millenniumbcp Ageas aprovou as seguintes decisões: (i) em 1 de outubro de 2012, corte do plano, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011, e; (ii) em 1 de outubro de 2013, liquidação do plano, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2013	2012
Numero de participantes		
Ativos	190	180
Reformados e pensionistas	39	35
	229	215

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2013	2012
Taxa de desconto	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	3,50%	4,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 2 anos	TV 88/90 - 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Como mencionado na nota II.1 r), a partir de 1 de janeiro de 2013, a Companhia adoptou a IAS 19 (Alterada) – Benefícios a empregados. Em resultado da alteração de política contabilística, a Ocidental Seguros abandonou o método do corredor, reconhecendo actualmente os ganhos/(perdas) actuariais do ano directamente em capital. De acordo com o IAS 8, para efeitos comparativos, esta alteração de política contabilística é apresentada desde 1 de janeiro de 2012, pelo que o total de ganhos e perdas actuariais diferidos a essa data foram transferidos para reservas.

Os ativos / (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012 são como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(8.401.917)	(2.429.140)	(172.624)	(11.003.681)	(15.081.768)	(2.138.305)	(271.525)	(17.491.598)
Justo valor dos ativos do plano	8.219.149	-	-	8.219.149	15.120.863	-	-	15.120.863
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	(182.768)	(2.429.140)	(172.624)	(2.784.532)	39.095	(2.138.305)	(271.525)	(2.370.735)

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 5 (2012: 5), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 684.000 (2012: Euros 711.000), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas daquela Companhia.

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	15.081.768	2.138.305	271.525	17.491.598	10.634.902	1.563.724	199.503	12.398.129
Custo do serviço corrente	22.208	76.741	34.567	133.516	14.729	56.101	18.684	89.514
Custo dos juros	588.127	84.641	9.976	682.744	548.939	81.193	10.474	640.606
Alterações do plano	-	(119.826)	-	(119.826)	-	-	-	-
Liquidação do Plano Complementar	170.064	-	-	170.064	-	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo fundo ou Grupo	(739.684)	(46.498)	(29.876)	(816.058)	(353.345)	(44.869)	-	(398.214)
(Ganhos) / perdas actuariais	1.042.063	283.103	(113.568)	1.211.598	1.306.900	453.886	42.864	1.803.650
Efeito da liquidação do Plano complementar	(8.327.145)	-	-	(8.327.145)	-	-	-	-
Programas de reformas antecipadas e pré-refor	564.516	12.674	-	577.190	2.603.588	28.270	-	2.631.858
Transferência entre fundos	-	-	-	-	326.055	-	-	326.055
Responsabilidades em 31 de dezembro	8.401.917	2.429.140	172.624	11.003.681	15.081.768	2.138.305	271.525	17.491.598

A alteração do plano nos "Outros benefícios" corresponde ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

	2013				2012				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Custo do serviço corrente	22.208	76.741	34.567	133.516	14.729	56.101	18.684	89.514	
Líquido do rendimento esperado do fundo e c	122.846	84.641	9.976	217.463	72.559	81.193	10.474	164.226	
Alterações do plano	-	(119.826)	-	(119.826)	-	-	-	-	
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	(113.568)	(113.568)	-	-	42.864	42.864	
Liquidação do Plano Complementar	170.064	-	-	170.064	-	-	-	-	
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	564.516	12.674	-	577.190	2.603.588	28.270	-	2.631.858	
Custo do exercício	879.634	54.230	(69.025)	864.839	2.690.876	165.564	72.022	2.928.462	

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é analisada como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	15.120.861	10.912.464
Contribuições da Companhia	1.244.413	3.448.874
Pagamentos efetuados pelo fundo	(739.684)	(353.345)
Retorno esperado do fundo	465.277	476.380
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	455.427	310.434
Efeito da liquidação do Plano complementar	(8.327.145)	326.054
Saldo em 31 de dezembro	8.219.149	15.120.861

Os ganhos/(perdas) atuariais em 2013 e 2012, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2013			2012			Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total	
Saldo em 1 de janeiro	3.826.812	400.590	4.227.402	2.830.346	(53.296)	2.777.050	
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	642.704	288.447	931.151	1.306.900	453.886	1.760.786	
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(455.427)	-	(455.427)	(310.434)	-	(310.434)	
Saldo em 31 de dezembro	4.014.088	689.037	4.703.125	3.826.812	400.590	4.227.402	

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes das alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros 1.426.000 e Euros 1.938.000, respetivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euros 1.244.000 (2012: Euros 3.449.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2013, a Companhia contribuiu com o montante de Euros 242.000 (2012: Euros 80.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2013				2012			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	39 093	(2 138 305)	(271 525)	(2 370 737)	3 107 908	(1 617 020)	(199 503)	1 291 385
Custo normal	(879 634)	(54 230)	69 025	(864 839)	(2 690 876)	(165 564)	(72 022)	(2 928 462)
(Ganhos) / perdas atuariais	(586 640)	(283 103)	-	(869 743)	(3 826 812)	(400 590)	-	(4 227 402)
Benefícios pagos pela Companhia	-	46 498	29 876	76 374	-	44 869	-	44 869
Contribuições dos empregados e outras	1 244 413	-	-	1 244 413	3 448 873	-	-	3 448 873
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	(182.768)	(2.429.140)	(172.624)	(2.784.532)	39.093	(2.138.305)	(271.525)	(2.370.737)

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2013	2012
Titulos de rendimento variável	2 123 678	3 657 871
Titulos de rendimento fixo	5 521 682	9 563 477
Imóveis	123 895	258 942
Outros	449 894	1 640 571
	8.219.149	15.120.861

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Impacto no custo com pensões	14.086	12.279
Impacto nas responsabilidades	388.662	342.129

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00%	1,00%
	Eur	Eur
Taxa de desconto	1.573.909	(1.239.116)
Taxa de crescimento das pensões	(938.679)	1.107.557
Taxa de crescimento dos salários	(273.163)	323.279
	Impacto alteração de pressupostos demograficos	
	+1 ano	
	Eur	
Alteração da Tábua de mortalidade	289.207	

Nota 19 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Tomadores de seguros	6.540.687	5.514.651
Mediadores de seguros	1.146.778	1.033.542
Resseguradores	9.164.574	10.894.519
	16.852.039	17.442.712
Imparidade	(5.042.225)	(5.224.879)
Total	11.809.814	12.217.833
Total Outros devedores	403.784	858.280
Total	12.213.598	13.076.113

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto e outras operações - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 5.232.000 (2012: Euros 4.333.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 673.000 (2012: Euros 625.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	Eur		
	2013	2012	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	5.224.879	3.439.774	23.935
Reversões	(230.914)	-	(23.935)
Dotação do exercício	48.260	1.785.105	-
Saldo no final do ano	5.042.225	5.224.879	-

Nota 20 – Impostos correntes e Impostos diferidos

A Ocidental Seguros determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 29,5% (taxa nominal de 25% mais 4,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Decreto-lei nº 83/2013 e Lei nº 2/2014 pelo Governo Português, uma taxa de imposto de 29,5% foi aplicada pela Companhia na determinação dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existente em 31 de dezembro de 2013.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço a 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Ativos por impostos diferidos	3.871.445	4.243.180
Ativos por impostos	3.871.445	4.243.180
Passivos por impostos e taxas correntes	3.958.911	5.060.365
Passivos por impostos	3.958.911	5.060.365

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Liquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros	-	116.101	(328.169)	-	(328.169)	116.101
Passivos por contratos de seguro	853.659	1.073.573	-	-	853.659	1.073.573
Provisões	1.434.871	1.417.950	-	-	1.434.871	1.417.950
Outros	1.911.084	1.635.556	-	-	1.911.084	1.635.556
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	4.199.614	4.243.180	(328.169)	-	3.871.445	4.243.180

O movimento do imposto diferido de balanço em 2013 e 2012 foi reconhecido como segue:

	2013		2012	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Ativos financeiros	-	(444.270)	37.861	(3.535.532)
Passivos por contratos de seguro	(219.914)	-	355.197	-
Provisões	16.921	-	102.798	-
Outros	192.011	83.516	876.806	-
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	(10.982)	(360.754)	1.372.662	(3.535.532)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Imposto corrente	(2.769.508)	(3.606.329)
Imposto diferido	(10.982)	1.372.662
Total do imposto reconhecido em resultados	(2.780.490)	(2.233.667)

O imposto diferido reportado no capital próprio de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Reserva de reavaliação	(328.169)	116.101
Ganhos e perdas atuariais	83.516	-
	(244.653)	116.101

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Eur	
	2013	2012
Resultado antes de impostos	8.419.337	6.799.404
Taxa de imposto	29,5%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	2.483.704	1.971.827
Tributação autónoma	79.034	74.089
Outras diferenças permanentes	217.752	187.751
	2.780.490	2.233.667

Nota 21 – Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros dizem respeito na totalidade a Depósitos recebidos de resseguradores.

Nota 22 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Tomadores de seguros e intermediários	7.228.611	6.305.455
Resseguradores	13.794.777	10.275.940
Credores por operações seguro e resseguro	21.023.388	16.581.395
Outros credores	3.462.212	1.785.631
Total	24.485.600	18.367.026

A rubrica Tomadores de seguros e intermediários inclui o montante de Euros 5.092.000 (2012: Euros 4.802.000) relativo a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., ao abrigo do acordo de distribuição celebrado com a Ocidental Seguros.

Nota 23 – Acréscimos e diferimentos

Em 2013 a rubrica Acréscimos e diferimentos – custos diferidos inclui o montante de Euros 1.724.000 (2012: Euros 1.499.000), relativo ao serviço prestado pela Accenture na gestão de sinistros (excluindo Doença).

Adicionalmente, os acréscimos de custos incluem uma estimativa do valor atual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), no montante de Euros 975.000 (2012: Euros 977.000), conforme referido nas políticas contabilísticas.

Nota 24 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2013	2012
Provisão para impostos	93.437	93.437
Outras provisões	1.834.511	2.277.134
Total	1.927.948	2.370.571

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	2 370 571	3 533 187
Reversão exercício - DGs	(442 623)	(842 616)
Reversão exercício - Outros	-	(320 000)
Saldo em 31 de dezembro	1.927.948	2.370.571

Em resultado do processo de reestruturação em curso, através de um programa de pré-reformas, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tem uma provisão registada no montante de Euros 1.244.000 (2012: Euros 1.864.000). A reversão do exercício inclui o montante de Euros 619.000 (2012: Euros 842.000), transferido para o Fundo de Pensões da Companhia, relativo aos empregados que aceitaram a pré-reforma (ver nota 18).

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 25 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social da Occidental Seguros, no montante de Euros 12.500.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 2.500.000 ações, com o valor nominal de Euros 5 cada.

A Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

Reservas de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 e).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2013 e 2012, são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	(400.349)	(12.591.838)
Ajustamentos no justo valor	1.512.785	12.191.189
Vendas	-	300
Saldo em 31 de dezembro	1.112.436	(400.349)

A reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

	Eur	
	2013	2012
Custo amortizado	118.556.825	127.982.060
Imparidade	-	-
Custo amortizado, líquido de imparidade	118.556.825	127.982.060
Justo valor	119.669.261	127.581.711
Ganhos / (perdas) não realizados reconhecidos como reserva de justo valor	1.112.436	(400.349)

Outras reservas

Reserva por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota 11.1 s).

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Occidental Seguros tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social.

Resultados transitados

De acordo com a proposta aprovada na Assembleia Geral de 27 de março de 2013, a Occidental Seguros distribuiu à accionista Millenniumbcp Ageas o montante de Euros 14.000.000

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2013 é analisado como se segue:

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido							
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500.000
Reservas de reavaliação	-	1.112.436	(328.169)	784.267	-	-	-	-	-	-	784.267
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.638.847	5.638.847
Resultados transitados	-	-	-	-	-	14.190.454	-	-	-	-	14.190.454
Outras reservas	-	-	-	-	12.500.000	-	1.246.995	487.004	218.746	-	14.452.745
Ganhos/(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.619.609)	-	(4.619.609)
Saldo 31 dezembro 2013	12.500.000	1.112.436	(328.169)	784.267	12.500.000	14.190.454	1.246.995	487.004	(4.400.863)	5.638.847	42.946.704

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2012 é analisado como se segue:

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido							
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500.000
Reservas de reavaliação	-	(400.349)	116.101	(284.248)	-	-	-	-	-	-	(284.248)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.565.737	4.565.737
Resultados transitados	-	-	-	-	-	24.018.734	-	-	-	-	24.018.734
Outras reservas	-	-	-	-	12.500.000	-	1.246.995	487.004	218.746	-	14.452.745
Ganhos/(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.227.402)	-	(4.227.402)
Saldo 31 dezembro 2012	12.500.000	(400.349)	116.101	(284.248)	12.500.000	24.018.734	1.246.995	487.004	(4.008.656)	4.565.737	51.025.566

II.7 Outras notas

Nota 26 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2013	2012
Remunerações	429.522	317.645
	429.522	317.645

A análise das transações com partes relacionadas em 2013 e 2012 é analisada como segue:

	Eur					
Balço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Medis	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14.420.080	-	-	-	-	14.420.080
Empréstimos concedidos e contas receber	20.019.771	-	-	-	-	20.019.771
Activos financeiros disponíveis para venda	750	-	-	-	-	750
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	30.923.966	30.923.966
Outros ativos	45.417	14.470	-	-	-	59.887
Total do ativo	34.486.018	14.470	-	-	30.923.966	65.424.454
Provisões técnicas	4.356.009	-	-	-	-	4.356.009
Outros passivos	5.096.812	88.005	19.055	2.611.907	9.350.700	17.166.479
Total do passivo	9.452.821	88.005	19.055	2.611.907	9.350.700	21.522.488
Líquido Ativo / (Passivo) 2013	25.033.197	(73.535)	(19.055)	(2.611.907)	21.573.266	43.901.966
Líquido Ativo / (Passivo) 2012	21.159.108	(42.742)	(19.055)	1.734.173	19.426.032	42.257.516

	Eur					
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Medis	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	9.148.367	-	-	-	(123.083.385)	(113.935.018)
Dividendos e juros a receber	8.102	-	-	-	-	8.102
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	32	-	-	-	-	32
Outros proveitos	-	36.754	-	-	-	36.754
Total de proveitos	9.156.501	36.754	-	-	(123.083.385)	(113.890.130)
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(4.703.835)	-	-	-	84.010.976	79.307.141
Custos de aquisição	(20.736.383)	-	-	-	14.810.722	(5.925.661)
Gastos gerais e administrativos	(4.131.772)	(148.005)	-	(933.866)	-	(5.213.643)
Total de custos	(29.571.990)	(148.005)	-	(933.866)	98.821.698	68.167.837
Líquido Proveitos / (Custos) 2013	(20.415.489)	(111.251)	-	(933.866)	(24.261.687)	(45.722.293)
Líquido Proveitos / (Custos) 2012	(19.928.449)	(144.720)	-	3.250.457	(25.052.751)	(41.875.463)

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos da Companhia e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transações com a Médis são relativas ao tratado de resseguro celebrado no âmbito do Ramo Doença.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

Nota 27 – Gestão de riscos

"Um contrato de seguro é a transferência equitativa do risco de uma perda, de uma entidade para outra em troca de um pagamento. É uma forma de gestão de risco usada principalmente para cobertura do risco de uma perda contingente, incerta", fonte Wikipédia.

Para a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. assumir riscos é intrínseco na forma como a Companhia de seguros cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de *rating*. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. vê uma boa gestão de risco como a chave na garantia de um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem ainda a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e define também os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e Específicos de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto que os Riscos Estratégicos são geridos no âmbito do Pilar II.

Riscos Estratégicos

Os Riscos Estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

Na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. os riscos estratégicos são geridos através do processo *Key Risk Reporting* (KRR), o qual também contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é o *Risco Financeiro*. Decorre a partir do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado* de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado *Risco de Incumprimento*, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado *Risco de Liquidez*.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. fornece a aprovação final da estratégia de investimentos;
- As decisões de investimento na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são da responsabilidade do *Chief Risk Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Risk Officer* tem responsabilidades na gestão do risco de mercado o qual delega no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco).
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Ocidental – Companhia de Seguros, S.A;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
 - Apóia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).
- A função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- O comité de riscos:
 - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
 - Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
 - Fornecer um parecer sobre a adequação das Regulamentos de Risco;
 - Membro do Comité de Risco/Gestão de Ativos (AMC).
 - Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pelo Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do risco de incumprimento, a taxonomia de risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Mercado* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao risco de *spread* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações e risco de contraparte via proteção de resseguro.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Eur).

O quadro seguinte indica os valores da carteira por tipo de ativo (excluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2013	%	2012	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	119.669.261	100,0%	127.581.711	100,0%
Dívida pública	58.900.951	49,2%	50.613.443	39,7%
Obrigações	57.340.240	47,9%	73.434.986	57,6%
Ações	750	0,0%	750	0,0%
Fundos de investimento:				
Imobiliário	3.427.320	2,9%	3.532.532	2,8%
Ativos financeiros ao justo valor	2.576.323	100%	-	0%
Obrigações	2.576.323	100,0%	-	0,0%
Total	122.245.584		127.581.711	

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2013	2012
ATIVO [EUR]		
Caixa e disponibilidades	14.420.080	13.151.583
Empréstimos e contas a receber	20.019.771	15.006.312
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	12.213.598	13.076.113
Total	46.653.449	41.234.008
PASSIVO [EUR]		
Outras responsabilidades financeiras	5.873.929	5.214.647
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	24.485.600	18.367.026
Total	30.359.529	23.581.673

As ações detidas são decompostas por tipo de setor:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
	750	100,0%	750	100,0%

As obrigações detidas pela Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor			
	2013		2012		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	58.900.951	50,7%	50.613.443	40,8%	-	0,0%	-	0,0%
Instituições financeiras	40.459.657	34,8%	59.998.950	48,4%	-	0,0%	-	0,0%
Indústria	4.446.373	3,8%	849.142	0,7%	-	0,0%	-	0,0%
Setores básicos e energéticos	5.418.368	4,7%	2.880.001	2,3%	-	0,0%	-	0,0%
Operações hipotecárias	-	0,0%	157.148	0,1%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	2.556.737	2,2%	4.435.708	3,6%	-	0,0%	-	0,0%
Comunicações	1.116.520	1,0%	1.655.319	1,3%	2.576.323	0,0%	-	0,0%
Diversos	3.342.585	2,9%	3.458.718	2,8%	-	0,0%	-	0,0%
	116.241.191	100,0%	124.048.429	100,0%	2.576.323	100,0%	0	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor			
	2013		2012		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	16.904.745	14,5%	12.259.111	9,9%	-	0,0%	-	0,0%
AA	18.410.700	15,8%	22.853.401	18,4%	-	0,0%	-	0,0%
A	16.707.663	14,4%	20.368.377	16,4%	-	0,0%	-	0,0%
BBB	17.453.868	15,0%	24.265.707	19,6%	-	0,0%	-	0,0%
BB	41.602.422	35,8%	38.264.959	30,8%	2.576.323	100,0%	-	0,0%
B	3.342.585	2,9%	6.036.874	4,9%	-	0,0%	-	0,0%
CCC	1.819.208	1,6%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	116.241.191	100,0%	124.048.429	100,0%	2.576.323	100,0%	-	100,0%
Dívida pública	58.900.951	50,7%	50.613.443	40,8%	-	0,0%	-	0,0%
Obrigações	57.340.240	49,3%	73.434.986	59,2%	2.576.323	100,0%	-	0,0%
Total	116.241.191	100,0%	124.048.429	100,0%	2.576.323	100,0%	-	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	34.439.851	100,0%	28.157.895	100,0%
seguros e outras operações				
AA	2.797.131	22,9%	3.426.247	26,2%
A	2.143.021	17,5%	3.144.843	24,1%
BBB	684.014	5,6%	1.203.341	9,2%
Sem rating	6.589.432	54,0%	5.301.682	40,5%
	12.213.598	100,0%	13.076.113	100,0%
Total	46.653.449		41.234.008	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas são decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Disponíveis para venda		
	Portugal	Total	%
Imobiliário	3 427 320	3 427 320	100,0%
Total em dezembro 2013	3.427.320	3.427.320	100,0%
Imobiliário	3 532 532	3 532 532	100,0%
Total em dezembro 2012	3.532.532	3.532.532	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração de Mercado*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes correlacionadas positivamente (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

Risco de Liquidez

O *Risco de Liquidez* é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o *Risco de Liquidez*, a abordagem da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

Risco de liquidez 2013	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	-	6 683 517	14 015 370	60 115 034	26 220 567	-	107 034 488
Ativos financeiros a taxa variável	1 726 744	1 883 192	6 493 579	14 382 260	-	-	24 485 775
Outros ativos financeiros	8 906 922	24 396 402	8 311 908	4 627 487	410 730	3 428 070	50 081 519
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	2 679 448	-	-	-	2 679 448
Ativos Financeiros	10 633 666	32 963 111	31 500 305	79 124 782	26 631 297	3 428 070	184 281 230
Ativos Não Financeiros	3 708 092	7 416 185	35 953 839	7 349 236	76 562	-	54 503 915
Total de Ativos	14.341.758	40.379.296	67.454.144	86.474.018	26.707.859	3.428.070	238.785.145
Outros passivos financeiros	11 234 319	7 185 530	(4 538 228)	16 337 733	133 226	6 950	30 359 529
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros	11 234 319	7 185 530	(4 538 228)	16 337 733	133 226	6 950	30 359 529
Passivos Não Financeiros	8 204 836	17 309 144	80 414 394	29 307 097	31 281 524	-	166 516 994
Total de Passivos	19.439.155	24.494.674	75.876.166	45.644.830	31.414.749	6.950	196.876.523
Risco de liquidez 2012	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	2 295 173	2 042 324	12 446 753	57 832 202	8 719 092	-	83 335 544
Ativos financeiros a taxa variável	3 441 894	11 485 135	8 883 043	22 983 704	182 867	-	46 976 643
Outros ativos financeiros	19 128 168	14 310 281	8 295 129	3 606 292	484 589	3 533 282	49 357 741
Ativos Financeiros	24 865 235	27 837 740	29 624 925	84 422 198	9 386 548	3 533 282	179 669 928
Ativos Não Financeiros	2 313 605	4 627 209	22 342 122	12 839 745	10 600 452	-	52 723 133
Total de Ativos	27.178.839	32.464.950	51.967.046	97.261.944	19.987.000	3.533.282	232.393.061
Outros passivos financeiros	2 594 043	13 279 205	5 665 950	2 005 911	30 501	6 062	23 581 673
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros	2 594 043	13 279 205	5 665 950	2 005 911	30 501	6 062	23 581 673
Passivos Não Financeiros	7 516 949	15 908 702	75 228 748	30 068 184	29 078 247	-	157 800 829
Total de Passivos	10.110.992	29.187.907	80.894.698	32.074.095	29.108.748	6.062	181.382.502

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2013 e 2012 respetivamente.

Riscos Específicos de Seguros

Modelo de Governo dos Riscos Específicos de Seguros

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. gere o risco específico dos seguros através da conjugação das suas políticas de subscrição (*underwriting*), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

A estrutura de governo do Risco de Seguros é resumida como se segue:

- A área de Subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de Regulamentos de Risco e dos respetivos limites de aceitação. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- A função de Gestão do Risco é responsável por definir o *Apetite ao Risco* de Subscrição bem como o *Apetite ao Risco* de forma agregada e avaliar/gerir os riscos de seguro de acordo com as políticas e regulamentos estabelecidos na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.;
- A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos.

Na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. estão envolvidas diversas áreas na Gestão de Riscos de Seguros, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão do risco de seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, possibilitando uma adequada definição do prémio assente no perfil de risco do segurado, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, *profit testing*), como à posteriori (por exemplo, os rácios combinados).

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (best-estimate), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada, pelos atuários responsáveis, sendo as provisões regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terramotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Incêndio e Tremor de Terra	Excedente	14.950.000	350.000
Incêndio (catástrofes naturais)	CAT Excesso de Perdas (XL)	256.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Automóvel - responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	49.500.000	500.000
Automóvel - cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.500.000	500.000
Marítimo Cascos & Cargas	Quota Share	2.000.000	600.000
Marítimo (por risco / evento)	CAT Excesso de Perdas (XL)	1.800.000	200.000
Acidentes Pessoais (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	49.850.000	150.000
Acidentes de Trabalho (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	29.600.000	400.000

Gestão dos Riscos Específicos de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está disposta a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como *Riscos Específicos de Seguros*, de acordo com a taxonomia de riscos em vigor na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

O *Risco Específico de Seguros* refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos estratégicos, financeiros e operacionais.

Riscos Específicos de Responsabilidade de Seguros Não Vida

O *Risco Específico de Responsabilidade de Seguros Não Vida* reflete o risco decorrente das obrigações de seguro não vida, em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros.

O *Risco Específico de Seguros Não Vida* pode surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Automóvel, Incêndio e Multirriscos, Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho e outras linhas de negócio.

O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta no processo de análise da volatilidade/severidade dos respetivos custos. Os sinistros de curto prazo (i.e., sinistros com prazo de regularização curto), tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multirriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros, tais como os relativos a danos corporais, pode levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de longo prazo é mais difícil e obriga a um trabalho mais pormenorizado, resultando numa maior incerteza quanto às estimativas dos pagamentos futuros. No ramo de Acidentes de Trabalho, nos casos em que, decorrente de um sinistro surja uma incapacidade permanente ou morte, a Seguradora é responsável pelo pagamento de uma pensão vitalícia. Neste caso, o principal risco associado é o risco de longevidade de natureza semelhante aos seguros de vida.

As provisões para sinistros dos seguros não vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para os sinistros já declarados mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. constitui provisões por sinistro, cobertura e tipo de dano, tomando em linha de conta as projeções dos pagamentos não descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. É ainda considerado o custo da inflação futura.

Os riscos relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com o regulamento local e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, os regulamentos de subscrição e tarifação são revistos.

Os principais pressupostos atuariais usados no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,5%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

Relativamente a Acidentes de Trabalho, a análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconto corresponde à taxa de juro sem risco.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

Posição balanço no fecho do ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	59.875.563	60.606.027	61.855.504	67.635.968	71.129.515	74.596.284	73.715.478	76.775.149
Pagamentos acumulados a:								
Um ano de desenvolvimento	19.997.347	19.914.257	22.832.091	30.079.950	32.554.098	32.913.166	28.673.665	
Dois anos de desenvolvimento	24.632.403	25.457.015	29.561.393	37.206.858	38.954.322	37.484.752		
Três anos de desenvolvimento	27.461.067	30.258.498	33.289.752	40.785.271	41.725.845			
Quatro anos de desenvolvimento	30.330.447	33.428.629	35.803.543	42.725.818				
Cinco anos de desenvolvimento	32.717.401	35.942.421	36.999.501					
Seis anos de desenvolvimento	34.786.223	36.939.065						
Seven years of development	35.724.087							
Reservas reavaliadas a:								
Um ano de desenvolvimento	53.000.639	52.227.089	55.419.191	66.256.553	65.609.563	63.707.031	59.267.165	
Dois anos de desenvolvimento	51.444.009	52.328.462	56.489.519	62.232.023	62.148.979	60.649.070		
Três anos de desenvolvimento	49.723.154	53.350.967	53.255.019	58.634.703	60.461.966			
Quatro anos de desenvolvimento	46.773.397	50.325.692	50.450.115	57.694.834				
Cinco anos de desenvolvimento	44.668.494	48.369.440	49.640.568					
Seis anos de desenvolvimento	43.539.230	47.487.299						
Seven years of development	42.840.086							
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:								
Valor nominal	17.035.478	13.118.728	12.214.936	9.941.134	10.667.549	13.947.215	14.448.313	
Porcentagem	28,5%	21,6%	19,7%	14,7%	15,0%	18,7%	19,6%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31-12-2012	31-12-2013
Provisões para sinistros no final do exercício	73.715.478	76.775.149
Provisões para sinistros a valores atualizados - Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho	17.674.815	16.631.564
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	1.832.138	2.023.733
Total provisões para sinistros Não Vida	93.222.432	95.430.446

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Rácio Sinistros	59,8%	58,5%	62,0%	62,2%	76,7%	73,8%	51,5%	46,3%	11,7%	15,2%
Rácio Despesas	20,3%	21,1%	17,3%	18,1%	26,7%	26,9%	27,1%	28,0%	22,2%	25,2%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	80,1%	79,6%	79,3%	80,2%	103,4%	100,7%	78,7%	74,3%	33,9%	40,4%

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

Análises de sensibilidade [EUR]	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2013	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2012
Custos de exploração - 10%	1.949	2.106
Custos com sinistros + 5%	(2.113)	(1.995)

Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na Companhia. Além disso, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco. Adicionalmente mantem a atenção e foco nos processos da Companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da Companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Companhia, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Uma vez que a infraestrutura está ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Companhia, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Companhia e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva "*Bottom-up*". Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Companhia:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a Companhia, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
 - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio Não vida 2013	Eur				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	152.628.315	150.459.443	93.269.582	25.844.169	(26.287.658)
Incêndio e outros danos	44.969.912	44.680.636	23.009.119	12.009.468	(8.208.706)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	14.673.329	13.541.889	9.878.060	2.269.138	(202.988)
-Outras coberturas	8.977.903	8.592.694	7.095.129	3.446.638	(489.129)
Marítimo, aéreo e transportes	987.682	948.100	339.659	472.916	(310.757)
Responsabilidade civil geral	2.560.904	2.526.619	247.098	572.443	(1.354.893)
Crédito e caução	5.111	5.303	(21.841)	3.259	-
Proteção jurídica	368.576	360.568	-	40.010	(127.057)
Assistência	2.812.487	2.609.847	14.433	404.531	(2.091.930)
Diversos	684.179	674.746	255.876	127.301	(84.830)
Total não vida	228.668.398	224.399.845	134.087.115	45.189.873	(39.157.948)
Resseguro aceite	-	-	7.411	-	2.143
Total	228.668.398	224.399.845	134.094.526	45.189.873	(39.155.805)

Linha de negócio Não vida 2012	Eur				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	146.934.744	149.797.958	93.102.332	27.381.642	(28.162.000)
Incêndio e outros danos	44.503.584	44.031.312	20.453.781	12.226.912	(6.992.997)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	12.340.714	11.894.073	7.683.102	2.132.646	211.248
-Outras coberturas	8.189.459	8.272.862	7.190.282	3.278.278	(352.253)
Marítimo, aéreo e transportes	961.986	792.289	184.484	516.270	(259.165)
Responsabilidade civil geral	2.587.716	3.282.309	688.653	725.141	(1.764.406)
Crédito e caução	5.146	5.123	19.225	10.867	-
Proteção jurídica	376.646	385.974	-	42.930	(67.130)
Assistência	1.697.896	1.968.881	12.525	305.234	(1.837.180)
Diversos	783.497	799.381	192.742	198.237	(166.509)
Total não vida	218.381.388	221.230.162	129.527.126	46.818.157	(39.390.392)
Resseguro aceite	-	-	(60.159)	(5)	(63.991)
Total	218.381.388	221.230.162	129.466.967	46.818.152	(39.454.383)

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos gestão (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Não vida 2013				
Seguro directo				
Acidentes e doença	90.889.760	1.480.110	899.712	93.269.582
Incêndio e outros danos	21.384.380	1.566.577	58.162	23.009.119
Automóvel				
-Responsabilidade civil	7.525.466	1.058.678	1.293.916	9.878.060
-Outras coberturas	5.779.689	1.005.347	310.094	7.095.129
Marítimo, aéreo e transportes	345.717	42.917	(48.975)	339.659
Responsabilidade civil geral	580.842	82.181	(415.925)	247.098
Crédito e caução	162	9.485	(31.488)	(21.841)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	14.379	54	14.433
Diversos	177.207	66.103	12.567	255.877
Total não vida	126.683.223	5.325.776	2.078.116	134.087.115
Resseguro aceite	4.954	-	2.457	7.410
Total	126.688.177	5.325.776	2.080.573	134.094.526

Linha de negócio	Eur			
	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos gestão (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Não vida 2012				
Seguro directo				
Acidentes e doença	91.104.416	1.486.903	511.013	93.102.332
Incêndio e outros danos	16.300.672	1.497.833	2.655.276	20.453.781
Automóvel				
-Responsabilidade civil	8.851.432	1.097.301	(2.265.631)	7.683.102
-Outras coberturas	5.408.151	1.056.155	725.976	7.190.282
Marítimo, aéreo e transportes	153.950	39.675	(9.142)	184.483
Responsabilidade civil geral	630.982	77.529	(19.858)	688.653
Crédito e caução	12.178	8.125	(1.079)	19.224
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	210	13.453	(1.138)	12.525
Diversos	496.377	73.582	(377.215)	192.744
Total não vida	122.958.368	5.350.556	1.218.202	129.527.126
Resseguro aceite	13.182	-	(73.342)	(60.160)
Total	122.971.550	5.350.556	1.144.860	129.466.966

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013 em relação a 2012	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	51.550.336	20.432.385	24.918.711	(6.199.240)
Incêndio e outros danos	13.885.899	4.906.614	5.038.066	(3.941.219)
Automóvel				
-Responsabilidade civil	18.654.740	2.464.027	13.392.157	(2.798.555)
-Outras coberturas	2.278.345	968.733	854.081	(455.531)
Marítimo, aéreo e transportes	248.684	58.843	155.033	(34.808)
Responsabilidade civil geral	4.792.240	285.842	3.438.312	(1.068.085)
Crédito e caução	32.892	793	976	(31.123)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	140	957	-	816
Diversos	1.779.155	48.175	1.676.798	(54.181)
Total não vida	93.222.431	29.166.369	49.474.134	(14.581.926)
Total	93.222.431	29.166.369	49.474.134	(14.581.926)

Linha de negócio	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2011	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012 em relação a 2011	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	50.421.632	22.372.889	27.813.726	(235.017)
Incêndio e outros danos	11.312.875	5.121.457	4.968.688	(1.222.730)
Automóvel				
-Responsabilidade civil	21.082.255	4.321.586	12.999.698	(3.760.971)
-Outras coberturas	1.919.885	1.099.190	335.002	(485.693)
Marítimo, aéreo e transportes	246.337	21.810	162.215	(62.312)
Responsabilidade civil geral	4.812.271	411.785	3.705.108	(695.378)
Crédito e caução	33.971	13.125	32.646	11.800
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	1.279	1.753	-	474
Diversos	2.161.534	376.235	1.695.431	(89.868)
Total não vida	91.992.039	33.739.830	51.712.514	(6.539.695)
Total	91.992.039	33.739.830	51.712.514	(6.539.695)

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. - Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2013.

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a margem de solvência I é analisada como se segue:

Rúbrica [EUR]	31 December 2013	31 December 2012
Capital	12.500.000	12.500.000
Reservas Legal e de Reavaliação	10.617.403	14.168.497
Resultados Transitados	14.190.454	24.018.735
Resultado Líquido do Exercício	5.638.847	4.171.720
Total Situação Líquida (1)	42.946.704	54.858.952
Ajuste Pensões Reforma	-	(3.833.385)
Total (2)	-	(3.833.385)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	42.946.704	51.025.567
Margem de Solvência Exigida	18.946.581	18.376.589
Excesso / Insuficiência	24.000.123	32.648.978
Rácio Solvência	227%	278%

Nota 28 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Nota 29 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Empresa de seguros, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2013 o total de garantias bancárias era de Euros 145.000 (2012: Euros 197.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	107.349	308.433	530.586	946.369

Nota 30 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout é apresentada em seguida:

País	2013					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	30.834.319	30.834.319	248.755	4,3%	7,1	L1
Total	30.834.319	30.834.319	248.755	4,3%	7,1	

País	2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	26.094.486	26.094.486	(348.942)	3,2%	3,1	L1
Total	26.094.486	26.094.486	(348.942)	3,2%	3,1	

Nota 31 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido, bem como ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Ao abrigo da IAS 19 (2011), a Companhia:

- a) Determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) O juro do efeito do teto (ceiling) do ativo.

- b) Procede ao reconhecimento dos desvios atuariais no Outro Rendimento Integral (OCI).

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

A Companhia não teve impacto na adoção destas alterações.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013, às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 - Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 - Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adotou a nova definição de justo valor, tal como consta na nota 17, prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Companhia proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu, em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações em simultâneo com a adoção dos restantes critérios da IFRS 10. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros

O IASB emitiu, em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB emitiu, em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“*clearing counterparty*”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012 emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2013
Empresa de Seguros: Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA
Nº de identificação: Anónimo Oliveira
Ident. do resp. pela informação: Anónimo Oliveira

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
	DESIGNAÇÃO							unitário	Total
PTC0370E0001	2.1.2.3	Caixa Geral Diego 4.25% 27/01/20		5000000	103.4		517 000.00	106.25562	531 278.09
PTJME00E0006	2.1.2.3	Jose de Mello 27/09/2017		3500000	100		3 500 000.00	95.52244	3 342 385.44
PTOPEL00M004	2.1.2.3	Pfizer 4.075% 15/02/14		2500000	78.02		1 950 500.00	81.26342	2 001 365.61
	2.1.2.3	Sub-Total		10500000			15 020 000.00		14 675 039.15
	2.1.2	Sub-Total		48870000			48 481 392.90		48 029 024.65
	2.1	Sub-Total	366005	48870000			50 020 627.20		51 456 344.89
	2.2	Títulos Estrangeiros							
	2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1	Ações							
	2.2.1.1	Sub-Total							
	2.2.1.2	Títulos de participação							
	2.2.1.2	Sub-Total							
	2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.2.1.3	Sub-Total							
	2.2.1.4	Outros							
	2.2.1.4	Sub-Total							
	2.2.2	Títulos de dívida							
	2.2.2.1	De dívida pública							
	2.2.2.1	BTPS 4.25% 01/09/14		1000000	103.068		1 036 960.00	103.63544	1 036 354.35
	2.2.2.1	Belgium Kingdom 4% 28/03/14		1000000	101.691		1 018 910.00	103.87159	1 038 715.75
	2.2.2.1	Belgium Kingdom 4% 15/02/16		500000	99.66		498 300.00	101.24752	506 237.61
	2.2.2.1	European Union3.25% 11/07/14		3000000	104.03		3 120 900.00	103.04802	3 091 374.66
	2.2.2.1	FRTR 3.75% 25/04/17		2250000	110.97867		2 497 042.50	112.94349	2 534 478.99
	2.2.2.1	FRTR 4% 25/10/14		1500000	105.55		1 583 250.00	107.16525	1 595 855.25
	2.2.2.1	FRTR 4% 25/10/14		1500000	101.373		1 520 595.00	115.14014	1 727 678.42
	2.2.2.1	NETHER 4.5% 15/07/17		1500000	114.672		1 720 080.00	115.17856	1 727 678.42
	2.2.2.1	Netherlands Govt 2.5% 15/01/17		1500000	106.41988		1 596 290.70	108.18226	1 622 735.90
	2.2.2.1	RAGB 4% 15/09/16		5000000	101.72062		5 086 030.77	110.6676	5 533 386.14
	2.2.2.1	Republic of Austria 4.3% 15/09/2017		2000000	114.288		2 285 360.00	114.10055	2 282 010.96
	2.2.2.1	Republic of Austria 3.4% 20/10/14		2000000	103.174		2 063 480.00	103.16569	2 063 313.70
	2.2.2.1	Spanish Govt 3.30% 31/10/14		263000	100.23		263 604.90	102.35151	269 184.46
	2.2.2.1	Sub-Total		22013000			23 228 813.67		23 951 410.82
	2.2.2.2	De outros emissores públicos							
	2.2.2.2	European Invest Bk Fiat 15/01/16		1300000	98.462		1 290 395.00	100.19225	1 392 489.22
	2.2.2.2	EURO 1% 12/03/14		550000	100.52		5 539 815.00	100.89549	5 549 801.27
	2.2.2.2	EURO 1% 12/03/14		350000	99.985		3 543 627.25	101.72133	3 611 110.73
	2.2.2.2	Infinit Credit Ofo Fiat 25/03/14		1000000	99.871		998 710.00	100.06671	1 000 067.11
	2.2.2.2	Sub-Total		8155000			8 165 648.25		8 213 478.43
	2.2.2.3	De outros emissores							
	2.2.2.3	AYT Cedulas Caja 3.75% 30/06/25		2000000	91.371		1 827 420.00	86.64541	1 792 908.22
	2.2.2.3	AYT Cedulas Caja 4% 07/04/14		300000	99.94988		299 840.93	103.42199	310 255.96
	2.2.2.3	BBV Int Fin 3.25% 24/01/16		2500000	93.446		2 336 150.00	107.0113	2 675 282.53
	2.2.2.3	Banco Bilbao Viz 4.25% 18/01/17		1500000	100.39		1 625 850.00	112.07541	1 691 131.16
	2.2.2.3	Banco Santander 3.125% 28/09/15		1500000	103.468		1 552 020.00	104.05979	1 590 886.92
	2.2.2.3	Bancaria Bk Pk Fiat 17/01/14		1000000	104.388		1 043 680.00	107.38103	1 073 810.27
	2.2.2.3	Banco de España 4% 15/01/16		2000000	98.16		1 963 120.00	100.00000	1 963 120.00
	2.2.2.3	Cia Fin Forster 2.25% 21/03/15		2000000	97.16		1 743 200.00	99.98033	1 819 205.56
	2.2.2.3	Deutsche Bank Fiat 13/03/14		900000	99.953		899 100.00	100.07411	900 667.02
	2.2.2.3	EDP Financia BV 4.625% 13/06/16		850000	99.802		848 317.00	100.22535	851 815.47
	2.2.2.3	Enel Fiat 14/01/15		2500000	103.86		2 596 500.00	107.75982	2 683 872.84
	2.2.2.3	Enel Fiat 20/09/14		1700000	98.82791		1 701 560.00	100.62147	1 006 214.72
	2.2.2.3	Enel Fiat 19/07/17		1400000	100.677		1 400 380.00	99.89422	1 381 153.49
	2.2.2.3	GE Cap Eur Fund Fiat 03/04/14		2000000	99.669		1 993 320.00	100.10524	2 002 104.72
	2.2.2.3	Hypo Alpe-Adria Fiat 20/05/15		2000000	99.669		1 993 320.00	96.34544	1 963 345.49
	2.2.2.3	Mar ESE 10/02/16		850000	100.000		848 725.00	100.00000	848 725.00
	2.2.2.3	Portugal Tal Fin 4.125% 28/09/14		2500000	101.21		2 530 250.00	103.05292	2 576 322.92
	2.2.2.3	Rabobank Nederland Fiat 13/01/14		1000000	99.373		993 730.00	111.65197	1 116 519.72
	2.2.2.3	Santander Int 4.125% 04/10/17		1000000	99.901		999 010.00	100.21385	1 002 138.50
	2.2.2.3	Societe Generale 3.75% 21/09/14		800000	102.97		1 029 700.00	109.04052	1 090 405.20
	2.2.2.3	Volksbank Int Fiat 14/04/14		900000	99.684		799 072.00	103.34816	828 785.31
	2.2.2.3	Volksbank Int Fiat 2.25% 19/01/15		1600000	94.95		1 594 486.00	99.76	987 624.00
	2.2.2.3	Sub-Total		38010000	99.659		37 686 368.93	103.50438	1 656 070.13
	2.2.2	Sub-Total		88176000			88 078 831.05		88 078 831.05
	2.2	Sub-Total		88176000			88 078 831.05		70 788 488.75
	2.3	Demanda de Negociação							
	2.3	Sub-Total							
	2.4	Demanda de Cobertura							
	2.4	Sub-Total							
	2	Total	366005	117848000			119 096 458.25		122 344 833.64
	3	TOTAL GERAL	366755	117848000			119 100 208.25		122 345 583.64
	3	TOTAL GERAL							